

COLLECCÃO

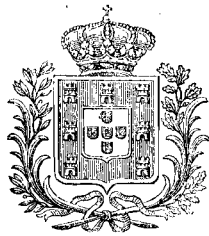
DA

LEGISLAÇÃO NOVÍSSIMA DO ULTRAMAR

VOLUME XVIII

1890

MINISTERIO DAS COLONIAS  
ARQUIVO



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1894

# INDICE CHRONOLOGICO

DO

DECIMO OTAVO VOLUME

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1890

### Janeiro

	PAG.		PAG.
3 Officio, declarando ao governador geral da India ser desnecessario tomar resolução immediata para a aposentação dos escrivães de todas as camaras municipaes, sem restricção alguma, por não perderem taes empregados o respectivo vencimento, mesmo no caso de impossibilidade absoluta . . . . .	1	res deputados e a parte electiva da dos dignos pares do reino, e mandando proceder a novas eleições . . . . .	8
7 Officio ao governador geral da India, resolvendo duvidas suscitadas acerca da substituição, no conselho do governo, do presidente da camara municipal do concelho das ilhas de Goa . . . . .	1	20 Portaria, auctorisando uma exposição solenne do corpo de S. Francisco Xavier em Goa no dia 3 de dezembro . . . . .	8
8 Officio, declarando ao governador geral de Angola que os residentes das circumscripções administrativas do districto do Congo têm, no desempenho do serviço do registo predial, de conformar-se com as prescripções do codigo do credito predial, de 17 de outubro de 1865, não carecendo, portanto, de regulamento a disposição do artigo 29.º do decreto de 31 de março de 1887 . . . . .	2	20 Portaria, approvando os orçamentos de um edificio para a alfandega de Mormugão e de outro para a delegação de saude e quartel dos empregados aduaneiros n'aquella cidade . . . . .	8
9 Decreto, approvando o regulamento para a exploração do porto artificial de Mormugão . . . . .	2	21 Portaria, elevando a 8:833 rupias a verba para despesas de representação do governador geral do Estado da India . . . . .	8
10 Portaria, regulando (provisoriamente) as gratificações dos chefes que accumularem o serviço de mais de uma secção do caminho de ferro de Mormugão, ou substituirem o engenheiro chefe da fiscalisação do mesmo caminho de ferro . . . . .	6	24 Officio, approvando o procedimento do governador geral da India por ter sustentado, em correspondencia com o patriarcha das Indias orientaes, a exclusiva competencia da auctoridade civil para approvar o compromisso da confraria de Nossa Senhora dos Milagres de S. Quelim . . . . .	8
13 Portaria, encarregando o antigo deputado, barão de Combarjua, de coordenar, no Estado da India, e preparar para a impressão diversas obras em lingua <i>kankani</i> para uso das escholas . . . . .	6	25 Officio, declarando ao governador geral da India ser da sua competencia, e não da do governo, dar ou denegar licença para o seguimento de um processo-crime instaurado ao governador do districto de Diu . . . . .	9
20 Officio, participando ao governador de S. Thomé e Príncipe terem-se dado ao administrador dos correios da provincia ordens terminantes para trazer a inspecção de fazenda sempre em dia com as necessidades do serviço postal, a fim de, por falta de sellos, se não recorrer ao alvitre da sobretaxa, que a portaria de 26 de setembro de 1888 teve em vista evitar . . . . .	6	27 Portaria, suscitando ao governador geral da India a determinação expressa da de 31 de dezembro de 1847, que mandou vigorar n'aquelle Estado todos os decretos relativos á formação de cemiterios . . . . .	9
20 Decreto, dissolvendo a camara dos senho-		30 Officio, auctorisando o governador geral de Cabo Verde a abrir concurso publico para a concessão de zonas mineiras conhecidas na ilha do Fogo e pertencentes ao Estado . . . . .	9
		31 Officio, declarando ao governador geral de Moçambique que, tanto nas estações officiaes, como nas relações tambem officiaes do governo da provincia com a succursal do banco ultramarino, se deve considerar subsistente o valor de 380 réis para a rupia da India . . . . .	10
		31 Officio, dizendo ao governador da Guiné que os empregados do quadro de saude da provincia devem receber as respe-	

	Pág.		Pág.
ctivas gratificações, durante o tempo que estiverem em Cabo Verde com licença por motivo de doença.....	10	pregado para ensaiador da moeda da convenção, devendo tal serviço considerar-se provisório.....	24
<b>Fevereiro</b>		11 Portaria do governador geral de Moçambique, mandando pôr em execução o regulamento do serviço telegraphico e telephonico da Zambesia e Chire, que d'ella faz parte.....	24
4 Officio (circular) indicando aos governadores das provincias ultramarinas os esclarecimentos que devem acompanhar os avisos aos navegantes sobre a existencia de qualquer nova luz ou pharol	10	15 Portaria (circular) resolvendo duvidas sobre a epocha exacta da expiração do prazo dos privilegios concedidos ao banco nacional ultramarino por carta de lei de 16 de maio de 1864.....	37
6 Officio, dizendo ao governador de Macau e Timor que só por uma lei aspecial podem ser alterados os vencimentos de alguns officiaes do batalhão nacional, que pediram o seu pagamento pela tarifa estabelecida na lei de 16 de julho de 1889.....	10	20 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Moçambique, qual o abono de ordenado e percentagens a que tem direito o director da alfandega de Lourenço Marques, a quem foi mandado trancar um processo de syndicancia que se lhe instaurou.....	37
7 Portaria, approvando a do governador geral da India, de 10 de agosto de 1886, que mandou adoptar providencias para a cobrança de fóros e mais contribuições devidas á fazenda publica pelas comunidades de Perném.....	11	20 Decreto, modificando a lei de 24 de julho de 1885 que regulou a eleição da parte electiva da camara dos dignos pares do reino.....	38
8 Portaria, determinando que a guarnição do districto do Zumbo, na provincia de Moçambique, seja provisoriamente substituida por um destacamento de seis praças do corpo de marinheiros da armada, que voluntariamente se offereçam para aquelle serviço.....	12	20 Decreto, convocando as assembléas eleitoraes para se proceder á eleição geral de deputados ás côrtes no dia 30 de março seguinte.....	40
10 Decreto n.º 1, auctorisando o governo a mandar proceder á construcção das obras de fortificação que faltam para se completar o armamento e segurança do porto de Lisboa, e a adquirir o respectivo material de guerra.....	12	20 Officio, communicando ao governador da Guiné as resoluções adoptadas pela administração geral dos tabacos, relativamente a requisições e á venda de tabacos destinados á provincia.....	41
10 Decreto n.º 2, auctorisando o governo a proceder á reorganisação do exercito, conforme as bases no mesmo decreto estabelecidas.....	13	22 Decreto, concedendo amnistia geral e completa para todos os crimes contra o exercicio do direito eleitoral, e em geral para todos os crimes de origem ou character politico e para alguns outros commettidos até á data do mesmo decreto	43
10 Decreto n.º 3, auctorisando o governo a reorganisar as guardas municipaes de Lisboa e Porto.....	14	22 Decreto, prohibindo a importação das moedas de oiro denominadas «Soberanos» e «meios soberanos» de cunho anterior ao do reinado da actual soberana da nação ingleza, e fixando os prazos para a troca das existentes em circulação.....	44
10 Decreto n.º 4, auctorisando o governo a adquirir quatro cruzadores e outros navios de guerra, bem como duas docas fluctuantes, uma para o porto de Loanda e outra para o de Moçambique.....	15	24 Officio, dizendo ao governador de S. Thomé e Príncipe que a iniciativa da fundação de uma bibliotheca publica compete ao governo da provincia e não ao professor da eschola principai de instrucção primaria.....	44
10 Decreto n.º 5, auctorisando o governo a reformar os serviços dependentes da direcção geral da marinha, conforme as bases no mesmo decreto estabelecidas	17	24 Portaria do governador geral de Angola, determinando a área e os limites do concelho do Lubango do districto de Mossamedes.....	45
10 Decreto n.º 6, auctorisando a criação, pela direcção geral da divida publica, das obrigações de 20\$000 réis com o juro annual de 4 e meio por cento, necessarias para occorrer ás despesas determinadas pelos decretos, n.ºs 1 e 4, da mesma data.....	20	26 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe a fórma por que na ilha do Príncipe devem ter execução os preceitos do decreto de 26 de dezembro de 1889, que facilitou a renovação de contractos de serviços.....	45
10 Decreto n.º 7, creando um fundo especial, denominado <i>Fundo permanente de defesa nacional</i> , para ser exclusivamente applicado a fortificações, construcções militares e acquisição de material de guerra com destino á defesa do paiz.....	21	27 Decreto, auctorisando conditionalmente a transferencia, para uma companhia denominada «Companhia das aguas de Loanda» da concessão feita a Alexandre Peres para o abastecimento de agua da cidade de Loanda.....	45
10 Decreto n.º 8, auctorisando o governo a regulamentar a organisação das associações de socorros mutuos, no intuito de exercer sobre ellas benefica fiscalisação administrativa e facilitar-lhes o desenvolvimento.....	23	<b>Março</b>	
10 Officio, approvando a nomeação, feita pelo governador geral da India, de um em-		3 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe que as attribuições dadas aos governadores das provincias	

	Pag.
ultramarinas, pelo decreto de 20 de dezembro de 1888 e seu regulamento, têm de ser exercidas pelo respectivo secretario geral no impedimento ou ausencia temporaria dos mesmos governadores.....	46
8 Portaria, estabelecendo o uniforme de que nos actos de serviço e nos de representação official devem usar o intendente geral e os intendentes de negocios indigenas nas terras de Gaza da provincia de Moçambique.....	46
18 Portaria, regulando a situação, vencimento e vantagens dos officiaes e praças da armada destinados ao serviço do districto do Zumbo da provincia de Moçambique.....	46
19 Decreto, autorisando o governador geral de Moçambique a conceder a Manuel Guerreiro Cavaco até 2:500 hectares de terrenos baldios, pertencentes ao Estado, no districto de Lourenço Marques, para a fundação de uma empresa agricola no mesmo districto.....	48
19 Accordão do supremo tribunal administrativo, negando provimento no recurso interposto por Gervasio Sebastião José de Mello e Carvalho do accordão do conselho de provincia do Estado da India que validou a eleição da commissão do recenseamento do concelho de Bardez, verificada em 7 de janeiro.....	48
20 Officio, expondo ao governador geral de Cabo Verde as condições necessarias para ter logar a melhoria da reforma e a continuação do abono da melhoria de soldo ao facultativo reformado, em commissão na provincia, Bernardo José de Oliveira.....	51
29 Decreto (n.º 1), alterando as disposições do de 15 de junho 1870 sobre o direito de reunião, e designando os casos em que podem ser dissolvidas as associações e quaesquer corporações ou collectividades.....	52
29 Decreto (n.º 2), prohibindo os espectaculos publicos ou representações theatraes, que conttenham offensas ás instituições do Estado ou outras designadas no mesmo decreto, e creando uma commissão de censura theatral.....	54
29 Decreto (n.º 3), declarando incompativeis as funções de ministro e secretario d'estado com as de administrador ou fiscal de qualquer empresa ou sociedade mercantil ou industrial.....	55
29 Decreto (n.º 1), regulando a responsabilidade criminal, e a civil que com ella anda connexa nos termos do direito commum, por abuso de liberdade de imprensa periodica, e modificando as respectivas penalidades estabelecidas na legislação em vigor.....	63
29 Decreto (n.º 2), mandando julgar em processo de policia correccional, nos termos da lei geral do processo, e sem intervenção de jurados, observando-se as disposições estabelecidas para o processo de policia correccional, os crimes a que corresponder alguma das penas mencionadas no mesmo decreto, salvo aquelles para que houver processo especial.....	66
29 Decreto (n.º 3), autorisando o governo a reorganisar os serviços relativos á admi-	

	Pag.
nistração da justiça, sem contravir ás disposições do mesmo decreto.....	68
29 Decreto (n.º 4), fixando os ordenados e vencimentos dos magistrados judiciaes e do ministerio publico, e determinando que constituam receita publica os emolumentos que lhes competirem.....	71
29 Decreto (n.º 5), creando nas comarcas de Lisboa e Porto, em cada um dos districtos criminaes, um juiz criminal auxiliar.....	73
29 Decreto (n.º 6), creando em cada comarca um tribunal commercial e estabelecendo-lhe a competencia.....	74
31 Decreto, approvando o plano de organização dos quadros da corporação da armada, que do mesmo decreto faz parte.....	75
31 Officio, communicando ao governador da Guiné que aos officiaes inferiores readmittidos é abonado o vencimento de readmissão, ficando eliminadas as gratificações de readmissão que percebiam em virtude de legislação anterior.....	99

**AbriI**

2 Officio, approvando a resolução tomada pelo governador geral de Angola relativamente á concessão para a exploração e fabrico da cal, por dez annos, na bahia do Lobito.....	100
2 Portaria, resolvendo que as praças de pret do exercito, que se acharem cumprindo nas provincias ultramarinas a pena de deportação militar, devem, quando julgadas incapazes de todo o serviço, continuar allí, como addidas aos corpos ou ás respectivas secções de reformados, até concluirem o tempo por que foram condemnadas na referida pena.....	100
4 Decreto, perdoando a quarta parte da pena aos réus condemnados em penas maiores fixas, cujas sentenças tenham passado em julgado ás datas designadas nos artigos 1.ºs dos decretos de 22 de fevereiro precedente e de 4 de junho de 1886	101
4 Decreto, exercendo o poder moderador para com dois réus condemnados por tribunaes do ultramar.....	101
5 Decreto, creando o ministerio da instrução publica e bellas artes.....	102
11 Portaria, mandando observar, no abono de vencimentos aos officiaes do Estado da India, as tabellas que da mesma portaria fazem parte.....	103
14 Portaria, fixando o vencimento do secretario chefe de serviço da fiscalisação do caminho de ferro de Mormugão....	104
18 Officio, mandando considerar, como tempo de campanha, aos officiaes e mais praças da expedição ao Cubango, os dias decorridos desde a partida da mesma expedição até ao seu regresso.....	104
18 Officio ao governador geral de Angola, approvando o procedimento da alfandega de Mossamedes, que entendeu não serem isentos de direitos, nem um navio de véla em serviço de pontão e deposito de material da companhia <i>Eastern and south african telegraph</i> , nem a mobilia, artigos de recreio e mantimentos com destino aos respectivos empregados....	104
27 Officio, approvando a substituição, pelo sello de verba, do imposto de sello por	

	Pag.
meio de estampilha em determinados casos, na fôrma solicitada pelo inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor.....	104
28 Portaria, mandando abonar ao <i>dembo Camboco Ambullo</i> do concelho de Cambambe, provincia de Angola, a pensão vitalicia de 20\$000 réis por mez na sua qualidade de coronel de 2. <sup>a</sup> linha.....	105

### Maio

2 Officio, (circular) communicando aos inspectores de fazenda das provincias ultramarinas não poderem ter andamento legal, sem as informações dos governadores, as propostas para confirmação dos respectivos empregados provisórios.....	105
2 Portaria, auctorisando o pagamento dos juros de fundos amortisaveis no ultramar por intervenção do banco ultramarino.....	105
3 Officio, declarando ao governador da Guiné que ao delegado da comarca, que servir interinamente, não sendo letrado, só deve abonar-se metade do ordenado do respectivo proprietario.....	105
5 Officio, dizendo ao governador geral de Cabo Verde que só a junta de saúde da provincia pôde arbitrar licença para mudança de ares e regresso ao reino....	106
5 Officio, declarando ao governador de S. Thomé e Príncipe, com referencia á caução do thesoureiro geral da provincia, que as cauções em predios devem registrar-se nos termos das instrucções de 14 de novembro de 1860.....	106
10 Officio, repetindo ao governador de Macau e Timor a recommendação de que praça alguma do regimento de infantaria do ultramar pôde ser desligada d'aquelle corpo, sem prévia determinação da secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar.....	106
16 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor que aos officiaes, chamados a desempenhar accidentalmente os serviços de major ou de ajudante, não assiste direito ao impedido que é destinado ao tratamento do cavallo dos officiaes montados.....	106
16 Portaria, mandando abonar ao thesoureiro do cofre dos orphãos da comarca de S. Thomé a gratificação annual de réis 400\$000 para falhas, deduzida <i>pro rata</i> das importancias entradas no referido cofre.....	107
19 Instrucções para o serviço das irmãs hospitaleiras no hospital de Lourenço Marques.....	107
19 Officio ao governador geral de Moçambique, recommendando protecção official ao pessoal missionario destinado á missão de Boroma, e mandando providenciar a fim de lhe serem fornecidos transportes para o interior, e passagem por conta do Estado em caso de doença ou de transferencia por motivo disciplinar.....	107
20 Officio, communicando ao governador de S. Thomé e Príncipe ter-se approvedo a continuação do abono de gratificação ao official em serviço de commando no forte de Ajudá, e o pagamento das con-	

	Pag.
tas de fornecimentos importantes em 5:400\$000 réis.....	108
20 Portaria, auctorisando o governador geral de Moçambique a dar de arrendamento á missão catholica de Boroma os terrenos do Estado, antigamente denominados prazos da corôa, «Boromae N'baonde», e estabelecendo as respectivas rendas e obrigações.....	108
20 Officio, communicando ao governador geral de Angola a approvação da criação provisoria de cargos e nomeação do respectivo pessoal nas colonias <i>Sá da Bandeira e Lubango</i> .....	108
20 Portaria, mandando installar no districto do Zumbo, da provincia de Moçambique, uma missão religiosa, filial da de Boroma.....	109
22 Officio, declarando ao governador geral de Cabo Verde ser da competencia dos tribunaes judiciaes a resolução das duvidas do conservador da comarca de Sotavento, sobre a admissão a registo das escripturas celebradas fóra da séde da mesma comarca pelos escrivães de direito.....	109
23 Carta de lei, approvando, para ser ratificada pelo poder executivo, a declaração commercial assignada, entre os governos de Portugal e da Turquia, a 11 de janeiro precedente.....	109
24 Portaria, declarando acertada e conforme á lei a determinação do governador da Guiné, sobre o abono de metade do ordenado do juiz de direito da comarca ao juiz substituto em exercicio na falta d'aquelle.....	110
24 Decreto, encarregando o conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, de, na qualidade de commissario regio, fazer os estudos necessarios, em Angola e Moçambique, para a reorganisação administrativa e economica do ultramar....	110
24 Portaria, auctorisando o governador geral da India a organizar, por occasião da exposição do corpo de S. Francisco Xavier, uma exposição de objectos concernentes a historia e archeologia indiana e de diversos artigos e productos.....	110
26 Officio, declarando ao governador geral da India não haver difficuldade na remessa dos recursos eleitoraes para o supremo tribunal administrativo, por serem regulados pela lei especial de 8 de maio de 1878.....	110
27 Officio, declarando ao governador da Guiné não poder deixar de aproveitar a um official, para o effeito da reforma, o augmento no tempo de serviço prestado como praça de pret.....	111
27 Officio, resolvendo duvidas do inspector de fazenda da provincia de S. Thomé e Príncipe, relativamente á cobrança de decimas e mais impostos de lançamento.....	111
29 Decreto, auctorisando a entrega, á camara municipal das Ilhas de Goa, do forte de «Gaspar Dias» e seu recinto para construcção de um cemiterio destinado aos habitantes <i>hindús</i> e mouros.....	111
30 Decreto, declarando em execução, com respeito á troca de <i>vales</i> do correio entre a metropole e ilhas adjacentes e as provincias da Guiné, S. Thomé e Príncipe,	

Pag.

Pag.

Angola e Moçambique, o decreto de 22 de setembro de 1886. . . . . 111

### Junho

- 2 Officio, communicando ao governador de Macau e Timor parecer razoavel o abono da percentagem de 2 por cento aos consules na Africa e na Asia, pela sua commissão nos serviços para os governos ultramarinos. . . . . 112
- 2 Officio, participando ao governador geral da India ter sido deferida a pretenção dos serventes da repartição de fazenda, que pediram se lhes tornasse extensiva a lei pela qual foi concedida a aposentação aos empregados de fazenda. . . . . 112
- 2 Recommendação aos governadores das provincias ultramarinas para fazerem cumprir o preceituado em diversas ordens do exercito, segundo as quaes os officiaes e empregados civis sujeitos á jurisdicção militar, pertencentes aos quadros do ultramar, devem fazer a sua apresentação official á auctoridade superior da localidade em que desembarcarem. . . . . 112
- 2 Officio, communicando ao governador geral de Angola o despacho que mandou pôr á disposição do bispo da diocese de Angola e Congo todos os saldos annuaes da dotação do respectivo seminario, deixados nos cofres publicos, como deposito, pelos prelados da mesma diocese. . . . . 113
- 3 Officio, approvando as portarias do governador geral da India, de 10 de abril precedente e de 21 de novembro de 1889, ácerca do julgamento, como simples transgressões regulamentares, de alguns casos de apprehensão de espiritos nativos. . . . . 113
- 4 Portaria, declarando ao governador da Guiné não dever ser alterada a doutrina do officio de 26 de novembro de 1886, que negou aos officiaes do batalhão o direito de accumularem gratificações de commando, quando tivessem a seu cargo o de duas ou mais companhias. . . . . 116
- 9 Decreto, determinando a suspensão do despacho nos tribunaes e repartições publicas, no dia designado para se effectuar o acto do reconhecimento do principe real como successor do throno. . . . . 117
- 11 Portaria do governador geral de Moçambique, approvando e mandando vigorar desde logo o regulamento geral da capitania dos portos da provincia. . . . . 117
- 16 Portaria, mandando devolver á «compañhia dos caminhos de ferro através de Africa» o projecto definitivo da 4.ª secção do caminho de ferro de Loanda a Ambaca, para ser devidamente reformado e elaborado. . . . . 132
- 18 Officio, communicando ao governador de Macau que o manifesto dos capitães mutuados deve ser feito na repartição de fazenda provincial. . . . . 133
- 21 Portaria, nomeando o primeiro official, chefe de secção da administração dos correios e telegraphos de Lisboa, Augusto Tito Gonçalves Martins, para nas provincias de Angola, S. Thomé e Príncipe e Guiné proceder á installação do serviço de va-  
zões do correio entre a metropole e as

- mesmas provincias, e formular as instrucções necessarias para a sua execução. . . . . 133
- 28 Lei, fixando a dotação de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I e da familia real. . . . . 133
- 28 Lei, auctorisando o governo a proceder á cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos, na metropole e nas provincias ultramarinas, relativos ao anno economico de 1890 a 1891, e a applicar respectivamente o seu producto ás despesas do Estado. . . . . 134
- 28 Decreto, regulando a execução da lei *supra*. . . . . 138
- 30 Portaria, fixando o pessoal e estabelecendo diversas disposições sobre o serviço de quatro lanchas canhoneiras a vapor, destinadas á flotilla de policia nas regiões da Zambezia. . . . . 161
- 30 Lei, rectificando a auctorisação e a avaliação das receitas e despesas do Estado, na metropole, no exercicio de 1889-1890. . . . . 161
- 30 Decreto, mandando rectificar a tabella da despesa do ultramar realisada na metropole e auctorisada para o exercicio de 1889-1890. . . . . 172
- 30 Decreto, mandando regular pela tabella, que d'elle faz parte, a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1890-1891. . . . . 173
- 30 Decreto, mandando proceder á eleição suplementar de um deputado ás côrtes pelo circulo eleitoral de Margão no Estado da India. . . . . 174
- 30 Officio, declarando ao governador de Macau que os fillos adoptivos dos chins estão sujeitos ao pagamento da contribuição de registo pelas heranças de seus paes adoptantes, devendo ser considerados como *extranhos* perante a lei da referida contribuição. . . . . 174

### Julho

- 1 Decreto, mandando regular pelas tabellas, que d'elle fazem parte, a distribuição da despesa ordinaria e extraordinaria das provincias ultramarinas no exercicio de 1890-1891. . . . . 175
- 2 Officio, indicando ao inspector de fazenda da provincia de Macau e Timor a fórma por que deve proceder na cobrança de direitos de mercê pelas mercês honorificas e lucrativas. . . . . 362
- 5 Portaria, fixando o pessoal da guarnição de cada uma das lanchas canhoneiras a vapor, adquiridas para a provincia da Guiné, e regulando os respectivos vencimentos e tempo de serviço. . . . . 362
- 8 Portaria, dando por concluida a commissão do missionario da provincia de Angola, José Maria Pereira Folga por lhe ser applicavel a disposição da de 10 de agosto de 1885, que dispensou da obrigação do tempo de serviço estabelecido nos estatutos do collegio das missões ultramarinas, de 3 de dezembro de 1884, os alumnos alli existentes na data da publicação dos mesmos estatutos. . . . . 362
- 8 Officio, dizendo ao governador de Macau ser conveniente estabelecer emolumentos pelas nomeações e outros actos de interesse particular, praticados na secretaria geral do governo da provincia,

	Pag.
e mandando formular e propor a respectiva tabella.....	363
10 Decreto, elevando á categoria de villa a povoação de Cabinda na provincia de Angola.....	363
12 Officio, dizendo ao inspector de fazenda do Estado da India que, não tendo o regimento do tribunal de contas sido publicado com modelos, pôde regular-se pelos que fazem parte do decreto de 21 de abril de 1869.....	364
14 Lei, auctorisando o governo a tomar as providencias necessarias para preservar o paiz da invasão de qualquer epidemia	364
14 Officio, declarando que o leal senado de Macau não pôde lançar contribuição municipal sobre o preço da arrematação dos rendimentos do Estado.....	364
17 Officio, communicando ao respectivo inspector de fazenda que não pôde ser levada em conta, nos direitos de mercê, aos empregados municipaes de Macau a importancia da decima de industria que pagaram anteriormente á liquidação dos mesmos direitos.....	365
17 Officio, participando ao governador de Macau que não foi approvada a proposta feita para se tornar extensiva á procuratura dos negocios sinicos a tabella dos emolumentos e salarios judiciaes, approvada por decreto de 12 de abril de 1877.....	365
19 Portaria, approvando as contas da gerencia da commissão administrativa dos bens das missões portuguezas na China, relativas aos annos economicos de 1887-1888 e 1888-1889.....	365
19 Officio, declarando ao governador geral de Moçambique não ser necessaria a auctorisação do governo para expulsar do corpo de policia de Lourenço Marques dois soldados da companhia de infantaria.....	366
23 Portaria, mandando abonar o subsidio de residencia eventual aos officiaes dos batalhões do regimento de infantaria do ultramar, destacados para a India ou Macau, durante a sua permanencia n'aquellas possessões.....	366
24 Portaria, auctorisando o governador geral de Moçambique a conceder, sob determinadas condições, a Joaquim Carlos Paiva de Andrada a prorogação, por trinta annos, do arrendamento dos terrenos do Estado (outr'ora denominados prazos da corôa) <i>Loabo</i> e <i>Melambe</i> , situados no districto de Quelimane.....	366
28 Portaria, mandando proceder ao assentamento de uma tubagem de ferro, e elaborar o projecto definitivo das obras a executar, para conduzir as aguas da nascente de Bainguenim, no Estado da India, a um ponto elevado da cidade de Pangim e prover de agua potavel a mesma cidade.....	367
30 Officio, communicando ao governador geral de Cabo Verde não poder deferir-se a solicitação dos empregados da administração e da camara municipal do concelho da cidade da Praia para serem os seus emolumentos isentos de contribuição industrial.....	367
30 Lei, mandando addicionar a todas as contribuições, taxas e demais rendimentos	

	Pag.
do thesouro um imposto complementar de 6 por cento.....	368

### Agosto

2 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Angola que aos missionarios só compete a gratificação annual de 100\$000 réis pela accumulção do magisterio primario, embora o logar de professor, cujas funções cumulativamente exercerem, esteja dotado com maior vencimento nas respectivas tabelas orçamentaes.....	369
2 Portaria, prohibindo a importação da moeda de prata — pesos mexicanos — em toda a provincia de Moçambique.....	369
4 Officio, communicando ao governador geral de Angola as considerações que se oppõem ao pedido dos empregados da camara municipal de Loanda para serem os seus vencimentos isentos de contribuição, a exemplo do que se passa com respeito aos empregados da camara municipal de Lisboa.....	369
4 Officio ao governador da Guiné, auctorisando a deducção de 5 por cento das quantias que se forem cobrando de contribuições directas em divida, vencidas até 30 de junho de 1889, e a applicação d'aquella percentagem á remuneração do trabalho extraordinario dos funcionarios, por cuja acção se effectuar a cobrança.....	370
4 Officio, dizendo ao governador da Guiné que ordene a remessa para o juizo de direito dos autos de noticia levantados nas administrações de concelho, quando nos julgados não tenham andamento...	370
5 Officio, declarando que as praças naturaes de Angola, em serviço na guarnição da Guiné, devem ser mandadas cumprir na provincia de Moçambique a sentença que lhes for imposta, quando julgadas incorrigiveis.....	370
5 Officio, indicando a disposição legal que motivou o indeferimento do pedido feito por um segundo pharmaceutico da provincia de Cabo Verde para deixar uma mezada em Lisboa.....	370
5 Officio, expondo ao governador de S. Thomé e Príncipe os meios de remover as difficuldades resultantes da falta de officiaes que componham os conselhos de investigação, de guerra e de disciplina para qualificação de deserções e julgamento d'estes ou de outros crimes militares.....	371
5 Officio, declarando ao inspector de fazenda da provincia de Angola dever ser abonado ao tenente coronel Henrique de Almeida Leite, nos termos do decreto de 20 de dezembro de 1888, o subsidio de residencia eventual durante trinta dias, depois da sua effectiva collocação em caçadores 2, com quartel em Loanda, para onde fôra passado do batalhão aquartelado em Mossamedes.....	371
7 Lei, relevando o governo da responsabilidade em que incorreu assumindo o exercicio de funções legislativas desde 10 de fevereiro até 5 de abril, e mandando tomar em conta o tempo que os magis-	



















